



X SEMINÁRIO NACIONAL DO HISTEDBR

30 ANOS DO HISTEDBR (1986-2016)
CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA E
HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

18 a 21 de julho de 2016 | UNICAMP

Eixo: História e Historiografia da Educação

DA HISTÓRIA OFICIAL DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL À BUSCA POR NOVAS HISTÓRIAS E A DIVERSIFICAÇÃO DAS FONTES

Keisyani da Silva Santos (UFSCar)¹

Enicéia Gonçalves Mendes (UFSCar)²

Resumo: A Educação Especial, enquanto campo político, teórico e científico, se consolidou no Brasil a partir da década de 1970, mas foi com o advento da educação inclusiva, principalmente, a partir dos anos 2000 que as políticas públicas e a pesquisa em educação especial expandiu. Entretanto, a pesquisa sobre a história da Educação Especial está à margem das produções acadêmicas. Considerando este contexto, o presente trabalho objetiva descrever e analisar a produção recente acerca da história da Educação Especial no Brasil, seja em contexto nacional ou local. Desta forma, foi empregado o método de pesquisa bibliográfica. Os principais resultados deste estudo indicam que a historiografia da Educação Especial para além de ínfima está majoritariamente pautada na utilização de documentos oficiais/ legais como fontes históricas, demonstrando assim a necessidade desta área em expandir o conceito e a utilização das fontes, de forma a contribuir para a construção de histórias sob diversas perspectivas.

Palavras-chave: Educação Especial; Historiografia; Revisão bibliográfica.

INTRODUÇÃO

A Educação Especial brasileira começou a se organizar e consolidar a partir da década de 1970 com políticas e diretrizes nacionais, sob o princípio da normalização e integração da pessoa com deficiência, conforme a tendência internacional. Até então, as

¹ Keisyani da Silva Santos, Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, Brasil. E-mail: keisyani@gmail.com

² Enicéia Gonçalves Mendes, Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, Brasil. E-mail: egmendes@ufscar.br



**X SEMINÁRIO NACIONAL DO
HISTEDBR**
30 ANOS DO HISTEDBR (1986-2016)
CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA E
HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

18 a 21 de julho de 2016 | UNICAMP

iniciativas políticas para o público-alvo da Educação Especial³, principalmente para as pessoas com deficiência, no Brasil foram pontuais e esporádicas.

Com o advento da publicação das políticas internacionais como a Declaração Mundial sobre a Educação para Todos e a Declaração de Salamanca, no início da década de 1990, o debate sobre a perspectiva inclusiva ganhou força, e os encaminhamentos da Educação Especial no Brasil começaram a tomar novos rumos.

No final da década de 1990, a Educação Especial, que historicamente foi constituída de forma paralela ao sistema de ensino regular em decorrência de diferentes fatores, passou a ser direcionada para se integrar à educação comum, se tornando uma modalidade de ensino, com caráter transversal, para futuramente assumir, legalmente, a perspectiva da Educação Inclusiva.

Posto o desafio de uma “educação inclusiva” e/ou “educação para todos”, diversas questões de pesquisa emergiram no panorama nacional, principalmente no tocante à escolarização dos alunos público-alvo da Educação Especial nas classes comuns das escolas regulares. Entretanto, a história da Educação Especial tem sido pouco explorada nos estudos e pesquisas nessa área.

No campo de pesquisa em história da Educação Especial, os trabalhos de Jannuzzi (1985) e Mazzotta (1996), e suas reedições, constituem-se em estudos clássicos que contam a trajetória da Educação Especial no Brasil, e são referências obrigatórias nesta área. Em ambos, o resgate da Educação Especial analisa os impactos e desdobramentos das ações governamentais e da sociedade cível, por meio das instituições especializadas, assim com a constituição e institucionalização do campo.

Em balanço sobre a Revista Brasileira de Educação Especial Manzini (2003), identificou que entre as temáticas mais recorrentes em pesquisas no campo da Educação Especial, com base nos artigos publicados na Revista Brasileira de Educação Especial-RBEE, a história da Educação Especial foi a de menor frequência. Destarte, considera-se de fundamental importância pesquisas sobre a produção recente acerca da história da Educação Especial, de forma a investigar o que foi produzido nos últimos anos. Assim, o

³ Termo atual para se referir aos estudantes atendidos pela educação especial no Brasil.



**X SEMINÁRIO NACIONAL DO
HISTEDBR**
30 ANOS DO HISTEDBR (1986-2016)
CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA E
HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

18 a 21 de julho de 2016 | UNICAMP

presente estudo tem como objetivo descrever e analisar a produção recente acerca da história da Educação Especial no Brasil, seja em contexto nacional ou local.

SÍNTESE DO PERCURSO METODOLÓGICO

O presente trabalho se caracteriza como uma pesquisa bibliográfica, que não consiste na mera repetição do que já foi produzido cientificamente sobre determinado assunto/temática, consistindo então, no exame de um assunto/temática sob novo enfoque ou abordagem, podendo chegar a conclusões inovadoras (LAKATOS; MARCONI,2003). Considera-se de fundamental importância um panorama geral da produção acadêmica acerca da história da Educação Especial para os futuros encaminhamentos científicos neste campo. Foram utilizados como fonte de dados livros clássicos sobre a história da Educação Especial, artigos publicados na Revista Brasileira de Educação Especial⁴, teses e dissertações publicadas na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações.

A coleta de dados se deu em três etapas. A primeira etapa consistiu em reunir, do acervo pessoal, os livros clássicos acerca da história da Educação Especial. A segunda consistiu em acessar a página online da Revista Brasileira de Educação Especial para seleção dos artigos usando a combinação dos descritores “História”, uma vez que todo acervo refere-se a Educação Especial. Os artigos filtrados passaram por um processo de triagem, por meio da leitura dos resumos, de forma a verificar se o artigo realmente se detinha à história da Educação Especial ou apenas abordava aspectos históricos no corpo do texto. Por fim, a terceira e última etapa, consistiu em acessar o repositório, online, da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações- BDTD, para a seleção das dissertações e teses foram utilizados os descritores combinados “história” e “educação especial”. Assim como na etapa anterior, a triagem foi realizada por meio da leitura dos resumos.

A análise dos livros clássicos sobre a história da Educação Especial permitiu o resgate do que temos denominado de “a história oficial” da Educação Especial, pois sempre que esteve tema é abordado encontramos essas narrativas. Já a análise dos artigos, teses e dissertações permitiu a descrição e análise da produção recente, das pesquisas que

⁴ Um dos mais importantes periódicos da área.



X SEMINÁRIO NACIONAL DO
HISTEDBR
30 ANOS DO HISTEDBR (1986-2016)
CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA E
HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

18 a 21 de julho de 2016 | UNICAMP

tem a história como objeto de pesquisa, viabilizando a identificação dos temas, períodos e fontes utilizadas pelos pesquisadores.

A história oficial da Educação Especial brasileira

A história da Educação Especial no Brasil iniciou no século XIX, com a fundação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos em 12 de setembro de 1854, que em 1981 passou a ser denominado de Instituto Benjamin Constant (IBC) e o Instituto Nacional dos Surdos-Mudos em 26 de setembro de 1857, que em 1957 passou a ser denominado de Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) (MAZZOTA, 1990; JANNUZZI, 2012). A criação de ambos os institutos se deu a partir da influência de pessoas ligadas ao Imperador e o envolvimento de pessoas com deficiência, como, por exemplo, o brasileiro cego José Álvares de Azevedo, que estudou no Instituto dos Meninos Cegos de Paris, e o francês surdo Edourd Hüert. De acordo com Jannuzzi (2012) o atendimento educacional nesses institutos era precário e o atendimento à população era muito limitado, “visto que em 1874 atendiam 35 alunos cegos e 17 surdos” (p. 13) o que corresponde a menos de 0,2% da população de cegos e 0,1% da população de surdos da época (p. 13).

Um século depois da criação dos institutos, mais precisamente em 1954 na cidade do Rio de Janeiro- RJ, foi criada a primeira Associação de Pais e Amigos do Excepcional- APAE, por membros da elite social letrada brasileira e de um cidadão norte americano, presidente de uma associação congênere (JANNUZZI; CAIADO, 2013). A partir de então, a sociedade civil começou se organizar para prestar serviços assistenciais, com caráter filantrópico, para pessoas com deficiência, possivelmente devido ao descompromisso do poder público quanto a atenção a pessoas com deficiências.

A partir do surgimento dessas instituições especializadas filantrópicas, no final da década, o poder público deu início a uma série de campanhas nacionais para estimular o atendimento das pessoas com deficiência. No ano 1957, o Ministério de Educação (MEC) começou efetivamente a prestar assistência técnica-financeira às secretarias de educação e instituições especializadas, lançando campanhas nacionais para a educação de pessoas com deficiências: Campanha para Educação do Surdo Brasileiro (CESB), em 1957; Campanha Nacional de Educação e Reabilitação dos Deficitários Visuais (CNERDV),



**X SEMINÁRIO NACIONAL DO
HISTEDBR**
30 ANOS DO HISTEDBR (1986-2016)
CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA E
HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

18 a 21 de julho de 2016 | UNICAMP

em 1958; Campanha Nacional de Educação do Deficiente Mental (CADEME), em 1960. Em suma, as campanhas nacionais lançadas objetivavam a promoção de medidas necessárias à educação, treinamento, reabilitação e assistência para pessoas com deficiência (MAZZOTTA, 2005).

Em dezembro de 1961, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB 4.024 (BRASIL, 1961) foi promulgada, e pela primeira vez a “educação de excepcionais⁵” foi contemplada em um documento legal, com um título exclusivo contendo dois artigos (Art. 88 e 89):

Art. 88. A educação de excepcionais deve no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade.

Art. 89. Toda iniciativa privada considerada eficiente pelos conselhos estaduais de educação, e relativa à educação de excepcionais, receberá dos poderes públicos tratamento especial mediante bolsas de estudo, empréstimos e subvenções. (BRASIL, 1961)

De acordo com Mazzotta (1990), a LDB 4.024/61 foi o primeiro marco normativo na área da Educação Especial sobre as ações do poder público que, até então, permaneciam em iniciativas isoladas da sociedade civil. Entretanto, há de se destacar os seguintes aspectos: não há especificação sobre as ações e a especificidade deste atendimento especializado. Há somente no artigo 88 a identificação do local: o sistema geral da educação, quando possível, e a abertura para que o terceiro setor assumisse a educação deste alunado, eximindo a responsabilidade do poder público em assumir de forma integral o ensino especializado (JANNUZZI, 2009). E conforme ressaltou Mendes (2010):

Após a promulgação da LDB de 1961 começaria a ser observado o crescimento das instituições privadas de cunho filantrópico. Em 1962, por exemplo, havia 16 instituições apaeanas (APAE) e foi criado então um órgão normativo e representativo de âmbito nacional, a Federação Nacional das Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, (FENAPAES), que realizou seu primeiro congresso em 1963⁶. Em 1967 a Sociedade Pestalozzi do Brasil contava com 16 instituições espalhadas pelo país (p. 99).

⁵ Termo utilizado no texto da lei.

⁶ Desde então o movimento das APAE se configura como o maior movimento filantrópico do país, agregando muitas instituições espalhadas em muitos municípios brasileiros.



**X SEMINÁRIO NACIONAL DO
HISTEDBR**
30 ANOS DO HISTEDBR (1986-2016)
CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA E
HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

18 a 21 de julho de 2016 | UNICAMP

De acordo com Jannuzzi e Caiado (2013), até o final do ano de 1974, ou seja, 20 anos após a fundação da primeira APAE, havia 198 instituições apaeanas espalhadas por 16 estados brasileiros. Há de se observar o grande aumento e fortalecimento da iniciativa privada de cunho filantrópico, que se deu principalmente devido a omissão do setor público, que não oferecia serviços de Educação Especial na rede pública de ensino. Assim, a omissão do setor público de ensino obrigou à sociedade civil, principalmente grupos de pais, a se organizarem para preencher a lacuna existente na educação de pessoas com deficiência, assumindo o papel que cabia ao estado, mas que não estava cumprindo (D'ANTINO, 1998; MENDES, 2010).

E assim, as instituições particulares de Educação Especial, de natureza filantrópica, estabeleceram convênios com o governo em todas as suas esferas (federal, estadual e/ou municipal), que repassavam recursos financeiros, provenientes principalmente do setor de assistência social àquelas instituições que ofertavam o atendimento aos alunos com deficiência, na época consideradas não elegíveis para a educação comum (D'ANTINO, 1998; MENDES, 2010).

Em respostas aos diversos movimentos nacionais e internacionais, no dia 3 de Julho de 1973, foi criado o CENESP- Centro Nacional de Educação Especial, órgão federal com a finalidade de definir as metas governamentais, direcionando as medidas políticas em torno da Educação Especial, de forma mais efetiva, envolvendo-se com questões que até então estavam sob a sociedade civil e suas iniciativas, além de assumir o INES e o IBC. O CENESP era composto por sete coordenadorias, cada uma assumindo um campo específico na área da Educação Especial, sendo eles: deficiência auditiva, deficiência física, deficiência mental⁷, deficiência múltipla, deficiência visual, problemas de conduta e superdotação (JANNUZZI, 2012).

Assim, vê-se uma organização política, de natureza pública, para lidar com as questões relacionadas à Educação Especial. Posteriormente, este órgão se transformou na Secretaria de Educação Especial-SEESP, subordinada ao MEC. Em meados da década de 70, observou-se a criação de secretarias de Educação Especial em diversos estados da

⁷ Termo utilizado na época.



**X SEMINÁRIO NACIONAL DO
HISTEDBR**
30 ANOS DO HISTEDBR (1986-2016)
CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA E
HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

18 a 21 de julho de 2016 | UNICAMP

federação, tendo, possivelmente, a incumbência de administrar os recursos financeiros repassados pelo CENESP (MATTOS, 2004).

O final de década de 1970 e o início de 1980 foram marcados pela concepção e proposta de integração dos alunos com deficiência no sistema de ensino regular, pautado no princípio de normalização destas pessoas, que tinha como prerrogativa tornar possível que as pessoas com deficiência levassem uma vida mais próxima do padrão de normalidade, ou seja, que elas pudessem realizar as mesmas atividades que as pessoas sem deficiência, contudo, há de se destacar que a centralidade das ações estava na modificação do indivíduo e na normalização deste.

No Brasil, após da década de setenta, a expansão do ensino elementar às camadas mais populares, ocasionou um aumento significativo no índice de reprovação e evasão escolar dos estudantes. Assim, com o aumento do contingente de crianças repetentes ou que abandonavam os estudos, teorias que associavam o fracasso escolar a presença de alguma condição de deficiência foram surgindo de tal modo que a relação fracasso escolar e deficiência intelectual, cujo diagnóstico na época se dava principalmente pela repetência do aluno, fomentou a abertura de classes especiais nas escolas públicas estaduais (FERREIRA, 1992 apud MENDES, 2010). Assim, a condição de deficiência veio justificar o fracasso escolar no país. Neste contexto, de acordo com Mendes (2010):

Os alunos com deficiência que tinham algum acesso à escola se defrontavam basicamente com duas alternativas de provisões no sistema educacional brasileiro, nas raras comunidades em que uma ou duas destas alternativas estavam disponíveis: a escola especial filantrópica que não assegurava a escolarização, ou a classe especial nas escolas públicas estaduais, que mais servia como mecanismo de exclusão do que de escolarização (Schneider, 1974; Paschoalick, 1981, Cunha, 1988; Ferreira, 1989). (p. 103)

O processo de integração escolar dos alunos com deficiência, nesse período, se dava principalmente através das classes especiais nas escolas comuns, as quais visavam ensinar atividades diárias e preparatórias, centradas em procedimentos de repetição e métodos individualizados, isto é, sob a premissa de que as pessoas com deficiências deveriam ser preparadas e treinadas para a sua posterior integração e participação na sociedade, inclusive no âmbito escolar.



**X SEMINÁRIO NACIONAL DO
HISTEDBR**
30 ANOS DO HISTEDBR (1986-2016)
CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA E
HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

18 a 21 de julho de 2016 | UNICAMP

Ao final da década de 80, mais precisamente em 1988, foi promulgada a Constituição Federal do Brasil (CFB), sob forte influência dos vários movimentos sociais realizados nesse período no Brasil. Em relação à educação, a CFB trouxe alterações profundas, destacando-se as metas de universalização e democratização do ensino, erradicação do analfabetismo e melhora na qualidade da educação pública. Sobre a educação de pessoas com deficiência, a CFB vem assegurar o atendimento educacional especializado preferencialmente na rede regular de ensino, conforme o inciso III do artigo 208 (BRASIL, 1988).

As políticas internacionais, com destaque especial a Declaração Mundial sobre a Educação para Todos, em 1990, e a Declaração de Salamanca, em 1994, tiveram grande influência nos encaminhamentos para as políticas públicas em diversos países, inclusive no Brasil (MENDES, 2006; KASSAR, REBELO, 2011).

A década de 1990 esteve marcada pelo início da preocupação de um enfoque pedagógico à educação especial, destacando-se a escolarização dos alunos público-alvo da Educação Especial, os quais, durante séculos, não tiveram acesso ao currículo escolar e aos conhecimentos científicos historicamente acumulados pela humanidade. Nas raras oportunidades de acesso que lhe foram concedidas, o foco de aprendizado e treinamento, para uma parcela desse público, estava voltado apenas para atividades de vida diária, ou reabilitação. Vale destacar que desde o início do século XX, a escolarização do público-alvo da Educação Especial esteve sob a perspectiva da medicina e da psicologia desenvolvimental, passando na década de 90 a priorizar o enfoque pedagógico sobre os processos de ensino-aprendizagem deste alunado (JANNUZZI, 2012).

Tais transformações podem ser consideradas decorrentes de um conjunto de reformas no sistema educacional brasileiro, principalmente no tocante à Educação Especial que passou, a partir de então, a assumir um caráter inclusivo. Sob influência das diretrizes internacionais atreladas ao pensamento neoliberal, ou seja, subordinada a lógica econômica e ao discurso oficial de garantir a educação básica a todos. Com foco em grupos minoritários que não tinham acesso à educação escolar garantido, iniciativas foram adotadas para que os mesmos pudessem ser inseridos na sociedade, respondendo de forma adequada as demandas e perspectivas sociais e de mercado (LIMA; MENDES, 2008; ROMERO; NOMA, 2004).



**X SEMINÁRIO NACIONAL DO
HISTEDBR**
30 ANOS DO HISTEDBR (1986-2016)
CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA E
HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

18 a 21 de julho de 2016 | UNICAMP

No ano de 1994, o MEC, através da Secretaria de Educação Especial, publicou o documento “Política Nacional de Educação Especial” (BRASIL, 1994), com o objetivo de dar as diretrizes para as práticas educacionais nesta modalidade de ensino. Neste documento, a Educação Especial é caracterizada como: promotora do desenvolvimento das potencialidades das pessoas com deficiência, condutas típicas e altas habilidades, nos diferentes níveis de ensino, e fundamentada em referenciais teóricos e práticos, que estejam de acordo com as especificidades dos alunos. Outra característica a se destacar, consistiu na perspectiva de transversalidade desta modalidade, implicando que deveria perpassar todos os níveis (da educação infantil ao ensino superior) e modalidades de ensino, (educação de jovens e adultos, educação indígena e a educação profissionalizante), característica que seria reforçada posteriormente pela LDB 9394/96 (BRASIL, 1996).

Na política de Educação Especial (BRASIL, 1994) há orientações para a integração escolar de alunos público-alvo da educação especial, mas de forma condicional, ou seja, desde que os estudantes apresentassem condições de acompanhar o ensino regular, assim como os demais alunos. Nesta perspectiva de homogeneização e padronização do ensino e aprendizagem dos alunos, esta política não insistia que práticas educacionais fossem repensadas, e que o sistema educacional público fosse reestruturado. Sobre o atendimento educacional especializado, novamente não foi esclarecido a especificidade da ação educacional, mas alterado os locais de atendimento, isto é, nesse documento foram incorporados, para além das escolas especiais, a possibilidade de escolarização em classes especiais e salas de recursos, o atendimento domiciliar, a classe hospitalar e a sala de estimulação essencial. Outra diferença que merece destaque refere-se ao silenciamento sobre o apoio pedagógico especializado para os alunos escolarizados em classes comuns do ensino regular.

De acordo com Romero e Noma (2004) a Política de Educação Especial (BRASIL, 1994) representou uma tentativa de normatizar e consolidar os princípios estabelecidos pela Declaração Mundial sobre Educação para Todos (UNESCO, 1990), na conferência de Jontien, Tailândia.

No tocante às instituições especializadas, segundo Lima e Mendes (2008) a Política de Educação Especial preconizava que estas deveriam se “reestruturar para



X SEMINÁRIO NACIONAL DO HISTEDBR

30 ANOS DO HISTEDBR (1986-2016)
CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA E
HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

18 a 21 de julho de 2016 | UNICAMP

oferecer suporte ao sistema de ensino regular e oferecer serviços complementares” (p. 8) aos alunos alvo da Educação Especial. Sobre as instituições filantrópicas ficou, novamente, estabelecida a parceria com o poder público para o atendimento educacional, além da possibilidade do repasse de recursos governamentais, incluindo a cessão de funcionários públicos às instituições, mantendo-se a tradição histórica de transferir a responsabilidade do atendimento especializado à sociedade civil, mais especificamente ao terceiro setor.

Após 10 anos de tramitação, em 20 de dezembro de 1996, foi promulgada a Lei 9394- Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (BRASIL, 1996), que reforçou os aspectos previstos na Constituição Federal e forneceu as diretrizes e orientações para o ensino no país. No que tange aos alunos público-alvo da Educação Especial, a LDB 9394/96 apresentou um capítulo, exclusivo destinado à Educação Especial, com dispositivos que previam:

Art. 58º. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida **preferencialmente** na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§ 1º. Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º. O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, **sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.**

§ 3º. A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Art. 59º. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades; garantiu legalmente a matrícula no ensino regular, tornando às escolas regulares locus de ensino deste alunado, por direito.

II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;



X SEMINÁRIO NACIONAL DO HISTEDBR

30 ANOS DO HISTEDBR (1986-2016)
CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA E
HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

18 a 21 de julho de 2016 | UNICAMP

V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Art. 60º. Os órgãos normativos dos sistemas de ensino estabelecerão critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial, **para fins de apoio técnico e financeiro** pelo Poder Público. (BRASIL, 1996- grifos nossos)

Sobre o artigo 58, cabe “destacar que o termo ‘preferencialmente’ abriu a possibilidade de que o ensino não ocorresse na rede regular, mas que permanecesse nas instituições especializadas” (GARCIA, MICHELS, 2011, p. 107).

Ainda neste artigo, em seu parágrafo 2º, conforme o termo em destaque no excerto acima, cumpre-se ressaltar que o atendimento educacional especializado sob o princípio da integração, na qual o atendimento deveria ser destinado aos alunos que não pudessem ser integrados em escolas regulares, e vê-se então, que a responsabilidade recai sobre a condição do aluno, e não sobre o sistema de ensino.

Outro aspecto refere-se à contradição na manutenção do paralelismo entre Ensino Regular e Educação Especial, pois a última havia sido considerada uma modalidade de ensino transversal.

No artigo 60, a questão das instituições filantrópicas sem fins lucrativos foi retomada, e se manteve a legalidade dos convênios com transferência de recursos do setor público para o privado, destinado ao atendimento educacional especializado.

A LDB 9394/96, foi considerada um importante marco normativo para a área da Educação Especial, pois se constituiu como base para políticas e encaminhamentos no país em torno desta temática.

No ano de 1999 com o decreto nº 3.298 (BRASIL, 1999), que regulamentou a Lei nº 7.853, (BRASIL, 1989), sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, as questões educacionais foram discutidas em cinco artigos, na seção II (Do acesso à educação) no capítulo VII, a Educação Especial foi reafirmada enquanto modalidade de ensino com caráter transversal, ou seja, perpassando todos os níveis, etapas e as demais modalidades de ensino, dando ênfase ao caráter complementar da Educação Especial ao Ensino Regular, o que não excluía a existência do caráter substitutivo.



**X SEMINÁRIO NACIONAL DO
HISTEDBR**
30 ANOS DO HISTEDBR (1986-2016)
CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA E
HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

18 a 21 de julho de 2016 | UNICAMP

Tendo como referência o panorama geral da história da Educação Especial no Brasil, a partir dos dispositivos legais, há de se considerar a década de 1990 como um período bastante significativo para a escolarização dos alunos público-alvo da Educação Especial, dada a garantia legal, de acesso ao ensino e o despontar do enfoque pedagógico sobre os processos de ensino aprendizagem deste alunado, ainda que meio as contradições do sistema e os ranços das vertentes: clínica/médica e assistenciais/caritativas.

As políticas internacionais tiveram papel decisivo para os encaminhamentos da Educação Especial no Brasil, sob a perspectiva e princípios da educação inclusiva. Diante dos problemas da educação nacional, ainda com consideráveis níveis de analfabetismo, precárias condições de ensino, altas taxas de repetência e evasão escolar, entre outros problemas, o Brasil, estava sendo cada vez mais pressionado por agências multilaterais a adotar as diretrizes de educação inclusiva, tendo em vista o desenvolvimento e manutenção do sistema e do estado democrático, o estabelecimento de uma sociedade inclusiva, tornou-se fundamental. Considerando que educação é elemento fundamental para a manutenção do sistema e desenvolvimento da sociedade, a educação inclusiva tornou-se integrante e essencial a esse projeto social, principalmente no fim dos anos de 1990 (MENDES, 2010b). No entanto, somente com a Resolução CNE/ CEB 2/ 2001, (BRASIL, 2001) a legislação brasileira normatizou os princípios da Educação Inclusiva às diretrizes referentes à Educação Especial, presentes nas discussões internacionais e documentos dos quais o país foi signatário (GARCIA, MICHELS, 2011, p. 108).

Desta forma, o final da década de noventa a Educação Especial esteve marcada pelas reformas educacionais brasileiras, influenciadas pelas agências multilaterais (UNESCO, ONU, UNICEF) no sentido de adotar os princípios e pressupostos da filosofia de educação inclusiva e pelo “caloroso debate da inclusão escolar, envolvendo uma dicotomização do campo entre os adeptos da educação inclusiva e os adeptos de uma visão mais radical baseada na inclusão total” (MENDES, 2010, p. 105), que serviram de base para os futuros encaminhamentos da Educação Especial no Brasil.

A produção atual acerca da História da Educação Especial no Brasil



**X SEMINÁRIO NACIONAL DO
HISTEDBR**
30 ANOS DO HISTEDBR (1986-2016)
CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA E
HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

18 a 21 de julho de 2016 | UNICAMP

Em revisão atualizada dos artigos publicados na RBEE, nas edições de 2005 a 2015, utilizando o descritor de busca “História”, foram encontrados 14 artigos. Com base na leitura dos resumos constatou-se que apenas seis artigos se relacionavam com a história da Educação Especial.

No artigo “*A política de educação especial no estado de Sergipe (1979-2001)*”, Matos (2007) analisou a política de educação destinadas às pessoas com deficiências, no Estado de Sergipe, no período de 1979 a 2001, tendo como fonte documental os planos, programas e projetos de governo; os dados sobre a expansão da rede física e evolução do número de matrículas; mudanças na estrutura organizacional, provisões de recursos humanos, e a legislação do Estado do Sergipe.

O artigo “*Algunos modos de historiar la educación especial en Colombia: una mirada crítica desde la historia de la práctica pedagógica*”, De Los Ríos (2007) apresentou contribuições sobre diferentes formas de se fazer história na Educação Especial, na Colômbia, a partir da revisão sistemática da literatura na área.

No artigo “*Percursos da constituição de uma política brasileira de educação especial inclusiva*”, Kassir (2011), apresentou a análise da constituição da Educação Especial sob a perspectiva da Educação Inclusiva, com base no papel desempenhado pelo governo federal e a relação deste com os acordos internacionais firmados.

Vilaronga e Caiado (2013) no artigo “*Processos de escolarização de pessoas com deficiência visual*” analisaram as histórias e expectativas de vida de alunos, de um curso comunitário preparatório para vestibular, com deficiência visual.

Calheiros e Fumes (2014) no artigo “*A Educação Especial em Maceió/Alagoas e a implementação da política do atendimento educacional especializado*” apresentaram a história recente da Educação Especial no município de Maceió e o processo de implementação das salas de recursos multifuncionais para o atendimento educacional especializado junto aos alunos público-alvo da Educação Especial.

De Los Ríos (2014) com o artigo “*Reformas, relatos de vida e identidades profissionais en educación especial: una aproximación a partir de las voces de educadores especiales en Medellín (Colombia), 1965-2002*”, apresentou as histórias de professores sobre as reformas educacionais em Educação Especial em Medellín, na Colômbia.



**X SEMINÁRIO NACIONAL DO
HISTEDBR**
30 ANOS DO HISTEDBR (1986-2016)
CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA E
HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

18 a 21 de julho de 2016 | UNICAMP

Assim, ao longo dos dez últimos anos, entre os seis artigos publicados na RBEE sobre história, quatro abordaram o contexto brasileiro, e destes, três analisaram a Educação Especial sob a perspectiva da Educação Inclusiva, visando aprofundar os conhecimentos sobre a trajetória histórica, em âmbito nacional (KASSAR, 2011), estadual (MATOS, 2007), e municipal (CALHEIROS, FUMES, 2014), todos pautando-se em documentos oficiais como fonte de dados.

A partir da consulta ao Banco Digital de Teses e Dissertações- BDTD, utilizando o descritor “história da Educação Especial” foram localizados 16 trabalhos, que após análise dos resumos, evidenciou que 10 desses trabalhos abordavam a história da Educação Especial em seu texto, mas não a tinham como objeto de pesquisa. Desta forma, apenas seis trabalhos abordavam esta temática específica como objeto de pesquisa.

Soares (1997) analisou a incorporação do oralismo como método pedagógico na década de 1950, com base em documentos do Instituto Nacional de Educação de Surdos- INES. Os dados indicaram que neste período o foco residia sobre a aquisição da linguagem dos surdos, se distanciando do processo de escolarização, e das discussões e trajetória do sistema educacional brasileiro.

Abreu (2002) buscou analisar o atendimento educacional a alunos com necessidades educativas especiais⁸ na rede particular do estado do Rio Grande do Sul. Pautando-se na análise de documentos legais que regiam a Educação Especial no Brasil e no estado, constatou que havia escassez de diretrizes para a oferta da Educação Especial na rede particular de ensino regular.

O estudo de Matos (2006) teve como objetivo realizar uma avaliação da política de educação, no Estado de Sergipe, destinadas às pessoas com deficiências, no período entre 1979-2001. A fonte de informação central da estrutura administrativa de Governo, foi a Secretaria de Estado da Educação, e outras instituições cujo acervo documental tivesse relação com os indicadores sociais definidos para o estudo. Foram identificados 136 diferentes documentos distribuídos pelas fontes de informação selecionadas. Os resultados com relação à política de educação especial nas gestões analisadas em 22 anos, indicaram que houve repasses regulares de recursos do governo federal para o governo

⁸ Termo utilizado pela autora.



**X SEMINÁRIO NACIONAL DO
HISTEDBR**
30 ANOS DO HISTEDBR (1986-2016)
CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA E
HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

18 a 21 de julho de 2016 | UNICAMP

estadual, que foram decisivos para a política de Educação Especial no estado, pois os investimentos do governo do estado e dos municípios na educação do público alvo da Educação Especial pareceram mínimos ao longo dos 20 anos analisados, o que segundo o autor explicava em parte a falta de expressividade observada da política de educação especial no Estado de Sergipe.

Rafante (2011)⁹ analisou as contribuições de Helena Antipoff na formação das instituições que foi fundadora, bem como para a constituição da Educação Especial brasileira.

Siems-Marcondes (2013) analisou a trajetória histórica da Educação Especial em Roraima, com o objetivo de compreender os processos envolvidos na constituição da área e investigar as primeiras iniciativas de implementação de serviços educacionais para as pessoas com deficiência na rede pública de ensino da década de 1970 a 2001. A fonte de dados foi constituída de documentos produzidos no cotidiano, das entrevistas com professores, técnicos e familiares.

E por fim, Blanco (2014) ao analisar a história da professora Maria Therezinha Machado na história da Educação Especial, do município do Rio de Janeiro- RJ buscou contribuir sobre as questões da formação docente no período de 1961 a 1983, utilizando de entrevistas autobiográficas para a constituição do corpus documental.

Cabe destacar que, das dissertações e teses que versaram sobre a história da Educação Especial, em contextos nacionais encontradas na BDTD, os trabalhos de Soares (1997), Abreu (2002) e Matos (2006) utilizaram como fonte primária de dados documentos legais e oficiais publicados por órgão federais e estaduais. Recentemente, os trabalhos de Rafante (2011), Siems-Marcondes (2013) e Blanco (2014) utilizaram fontes não oficiais, como depoimentos orais e documentos do cotidiano escolar, ampliando a perspectiva da história da Educação Especial protagonizada por personagens anônimos e renomados que fizeram parte e contribuíram para a constituição histórica da Educação Especial.

Assim, o número de trabalhos, aqui pesquisados que trataram de questões históricas referentes à Educação Especial produzidos ao longo de 21 anos, indica a

⁹ A tese está retida pela autora, desta forma obteve-se apenas acesso ao resumo do trabalho.



**X SEMINÁRIO NACIONAL DO
HISTEDBR**
30 ANOS DO HISTEDBR (1986-2016)
CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA E
HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

18 a 21 de julho de 2016 | UNICAMP

escassez de investigações deste tema no âmbito da pós-graduação, e a necessidade da ampliação do uso de diferentes fontes, tempos e contextos. Nenhum trabalho utilizou a mídia impressa, em seus diferentes formatos incluindo o jornal diário, como fonte documental para a construção da história da Educação Especial.

No decorrer da trajetória da Educação Especial brasileira, algumas histórias foram produzidas, porém, ainda há muitas outras que podem e precisam ser investigadas. Compreende-se que não existe a história genuína e absoluta. Existem e coexistem diversas histórias, e as múltiplas histórias podem ser resgatadas através da exploração de diferentes fontes. Quando mudamos a fonte na busca pela produção de conhecimentos acerca de uma história, mudamos a perspectiva e o olhar sobre os fatos históricos investigados.

Com a evolução e expansão da concepção do que se constitui, ou não, como documento e fonte histórica, a historiografia pode ser construída com base na busca, exploração e análise de diversos tipos de documentos, permitindo e ampliando as possibilidades de um novo olhar sobre a história.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos resultados obtidos neste trabalho, pode-se chegar a algumas considerações acerca da produção historiográfica em Educação Especial. Ao longo da trajetória da Educação Especial sua história foi escrita, principalmente, com base em documentos oficiais publicados pelo governo federal, estadual e municipal, com clara tendência de destacar os acontecimentos de impacto político em âmbito nacional. Esta história “oficial” tem sido retomada em diversos trabalhos, sobretudo para apresentar o contexto histórico da Educação Especial brasileira.

Recentemente algumas mudanças foram notadas, com a introdução de mais estudos de cunho histórico que reconhecem e privilegiam o uso de diferentes fontes históricas, bem com a priorizam contextos regionais. Considerando as dimensões continentais de nosso país, na qual houve e há diversas realidades coexistindo, estes estudos históricos variados são fundamentais, para que se possa conhecer os pontos de convergência e divergência da história da Educação Especial no Brasil, e as especificidades vivenciadas em cada contexto investigado.



X SEMINÁRIO NACIONAL DO **HISTEDBR**

30 ANOS DO HISTEDBR (1986-2016)
CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA E
HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

18 a 21 de julho de 2016 | UNICAMP

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS (AAB). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**: contribuição para o estabelecimento de uma terminologia arquivística em língua portuguesa. Rio de Janeiro, 2005.

ABREU, D. M. G. **O privado e o especial: análise de um recorte do atendimento educacional de alunos com necessidades educativas especiais na rede privada do Rio Grande do Sul**. 2002. 165 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2002.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS (ANJ). **Os maiores jornais do Brasil de circulação paga**. Disponível em: < <http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil/>> Acesso em: 15-06-2013.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2008

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

_____. **Constituição Federal**. Brasília – DF. 1988.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

_____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

_____. **Decreto 3.298**, de 20 de dezembro de 1999. Dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm >. Acesso em: 15 abr. 2012.

_____. **Resolução N° 02/2001**. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. 2001.

_____. **Lei n° 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em: < Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. > Acesso em: 26 set 2013.



X SEMINÁRIO NACIONAL DO HISTEDBR

30 ANOS DO HISTEDBR (1986-2016)
CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA E
HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

18 a 21 de julho de 2016 | UNICAMP

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial- Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

_____. **Decreto 7611** de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm > Acesso em: 07-05-2015

BRASIL/CORDE/CVI-RJ. **MÍDIA E DEFICIÊNCIA** – MANUAL DE ESTILO. 2 ed. Brasília; CORDE-CVI/RJ, 1994.

_____. **MÍDIA E DEFICIÊNCIA** – MANUAL DE ESTILO. 4 ed. Brasília; CORDE-CVI/RJ, 2002.

BLANCO, L. M. V. **Convocando outras vozes: a trajetória de Maria Therezinha Machado na História da Educação Especial do Município do Rio de Janeiro**. 2014, 172 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro- Rio de Janeiro, 2014.

CALHEIROS, D. S.; FUMES, N. L. F. A educação especial em Maceió/Alagoas e a implementação da política do atendimento educacional especializado. **Revista Brasileira de Educação Especial**. Marília. Jun. 2014, vol.20, no.2, p.249-264.

CELLARD, A. **A análise documental**. In: POUPART, J. et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, Vozes, 2008.

D'ANTINO, M. E. F. **A máscara e o rosto da instituição especializada**: marcas que o passado abriga e o presente esconde. São Paulo: Memnon, 1998. 146p.

_____, M. E. F. **Deficiência e a mensagem reveladora da instituição especializada: dimensão imagética e textual**. 2001. Tese (Doutorado em Psicologia) 272 f. Instituto de Psicologia. Universidade de São Paulo- São Paulo. 2001.

DE LOS RÍOS, A. Y. Algunos modos de historiar la educación especial en Colombia: una mirada crítica desde la historia de la práctica pedagógica. **Revista Brasileira de Educação Especial**. Ago 2007, vol.13, no.2, p.173-188

_____. Reformas, relatos de vida e identidades profissionais en educación especial: una aproximación a partir de las voces de educadores especiales en Medellín (Colombia), 1965-2002. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Set 2014, vol.20, no.3, p.325-340.

ESTADÃO.



X SEMINÁRIO NACIONAL DO **HISTEDBR**

30 ANOS DO HISTEDBR (1986-2016)
CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA E
HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

18 a 21 de julho de 2016 | UNICAMP

EVANGELISTA, O. Algumas indicações no trabalho com documentos. In: SHIROMA, E. O. **Dossiê: Uma metodologia para análise conceitual de documentos sobre política educacional**. UFSC, 2004.

FENELON, D. Pesquisa em história: perspectivas e abordagens. In: FAZENDA, I. **Metodologia de pesquisa educacional**. 4 ed. São Paulo: Cortez. 1997. p. 117-137

FREIRE, Eduardo Nunes. O design no jornal impresso diário. Do tipográfico ao digital. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 18, p.291-310, dez. 2009.

GARCIA, R. M. C; MICHELS, M. H. A política de Educação Especial no Brasil (1991-2011): uma análise de produção do Gt 15- Educação Especial da ANPED. **Revista Brasileira de Educação Especial**. Marília. v. 17, p. 105-124, 2011.

IBGE. **Censo Demográfico**. Disponível em: <
<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=354890#> >. Acesso em:
09 jun. 2013

JANNUZZI, G. M. As políticas e os espaços para a criança excepcional. In: FREITAS, M. C. **História Social da Infância no Brasil**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2009. p. 187-228.

_____. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. 3 ed. Campinas, Autores Associados, 2012. 211 p. (Coleção educação contemporânea).

JANNUZZI, G. M.; CAIADO, K. R. M. **APAE: 1954 a 2011 algumas reflexões**. Campinas: Autores Associados, 2013. 72 p. (Coleção polêmicas do nosso tempo, 104).

KASSAR, M. C. M. Percursos da constituição de uma política brasileira de educação especial inclusiva. **Revista Brasileira da Educação Especial**, Ago 2011, vol.17.

KASSAR, M. C. M.; BUENO, J. G. S.; O impacto das políticas públicas de escolarização de alunos com deficiência: uma análise dos indicadores sociais no Brasil. **Linhas críticas**. Brasília, DF, v. 17, n. 33, p. 367-383, maio/ago. 2011.

KASSAR, M. C. M.; REBELO, A. S. O “especial” na educação, o atendimento especializado e a educação especial. In: VI SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, nº 6.; 2011, Nova Almeida. **Anais do VI Seminário em Educação Especial**. p. 1- 19

LE GOFF, J. **História e Memória**. 5ª. Campinas, SP: UNICAMP, 2003, p. 419-476.

LIMA, S. R.; MENDES, E. G. **Políticas nacionais para a educação das pessoas com deficiência**. Disponível em: <



X SEMINÁRIO NACIONAL DO **HISTEDBR**

30 ANOS DO HISTEDBR (1986-2016)
CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA E
HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

18 a 21 de julho de 2016 | UNICAMP

<http://www.simposioestadopoliticas.ufu.br/imagens/anais/pdf/BC22.pdf> >. Acesso em: 08 set. 2013.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MARTINS, L. S. **Educação Especial no estado de São Paulo: análise documental do período de 1989 a 2010**. 2012, 83 f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.

MATOS, N. D. A política de educação especial no estado de Sergipe (1979-2001). **Revista Brasileira de Educação Especial**. vol.13 no.1 Marília Jan./Apr. 2007

MAZZOTTA, M. J. S. História da Educação Especial no Brasil. In: **Temas em Educação Especial**, São Carlos, Universidade Federal de São Carlos, vol. 1, p. 106-107, 1990.

_____. **Educação Especial no Brasil: História e Políticas Públicas**, 5.a ed., São Paulo, Cortez Editora, 2005.

MENDES, E. G. Reconstruindo a concepção de deficiência na formação de recursos humanos em Educação Especial. In: MARQUEZINI, M. C.; ALMEIDA, M. A.; TANAKA, E. D. O. (Org). **Perspectivas multidisciplinares em educação especial II**. Londrina: Ed. UEL, 2001. p. 53-64.

_____. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. Marília. v. 11, p. 387-405, 2006.

_____. Breve histórico da educação especial no Brasil. **Revista Educación y Pedagogía**. v. 22, n. 57, p. 93-109, maio/ago 2010a.

_____. Tramas entre deficiência, Estado e educação: algumas reflexões a partir do contexto Francês. Disponível em:
<<http://www.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/Trabalhos%20em%20PDF/GT15-6702--Int.pdf> > .Acesso em: 26 out. 2010b.

MENDES, E. G. (Org.); CIA, F. (Org.). **Inclusão Escolar e o Atendimento Educacional - Série: Observatório Nacional de Educação Especial**. 1. ed. Marília - SP: Marquezini & Manzini, 2014. v. 1. 238p .

MOREIRA, F. B. **Os valores-notícia no jornalismo impresso: análise das 'características substantivas' das notícias nos jornais Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo e O Globo**. 157 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2006.



X SEMINÁRIO NACIONAL DO **HISTEDBR**

30 ANOS DO HISTEDBR (1986-2016)
CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA E
HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

18 a 21 de julho de 2016 | UNICAMP

PICLKER, M. E. V. Web semântica: ontologias como ferramentas de representação do conhecimento. **Perspectivas em Ciência da Informação**. v. 12, n. 1, p. 5-83, jan/abr 2007.

PIMENTEL, A. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa histórica. **Cadernos de Pesquisa**, n.114, p.179-195, nov., 2001.

RAFANTE, H. C. **Helena Antipoff, as Sociedades Pestalozzi e a Educação Especial no Brasil**. Tese (Doutorado em Educação) 309 f. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.

ROMERO, A. P. H.; NOMA, A. K. Educação especial brasileira pós 1990: políticas estatal e reforma educacional. **Revista histerdbr on-line**. Campinas, n. 16, p. 97-112, dez. 2004.

SANTOS, K. S.; MENDES, E. G. **História da política de inclusão escolar em são carlos com base na mídia impressa: 1996-2000**. São Carlos: UFSCar/DPsi, 2012. 98 p. Relatório de Iniciação Científica.

_____. **A história da educação especial no município de São Carlos: com base na mídia impressa- 1997 a 2000**. São Carlos: UFSCar/DPsi, 2013. 102 p. Relatório de Iniciação Científica.

SÁ-SILVA, J. R., ALMEIDA, C. D. de, GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, ano 1, v. 1, p. 1-15, jul. 2009.

SIEMS-MARCONDES, M. E. R. **Educação Especial em Roraima: história, política e memória**. 2013, 359 f. Tese (Doutorado em Educação Especial) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.

SOARES, D. M. P. **O oralismo como método pedagógico: contribuição ao estudo da história da educação do surdo no Brasil**. 1997, 89 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica- São Paulo. 1997.

SOUZA, D. B. FARIA, L. M. F. Reforma do Estado, descentralização e municipalização do ensino no Brasil: A gestão política dos sistemas públicos de ensino pós-LDB 9.394/96. **Avaliação políticas públicas e educação**. [online] v.12, n. 45, p. 925-944, out/dez. 2004.

TOLEDO, C. A. A.; GIMENEZ, J. C. Educação e pesquisa: Fontes e documentos. In: CASIMIRO, A. P. B. S.; LOMBARDI, J.C; MAGALHÃES, L. D. R. (Orgs.) **A pesquisa e a preservação de fontes para a educação, cultura e memória**. Campinas: Alínea, 2009, p. 109-125.



X SEMINÁRIO NACIONAL DO **HISTEDBR**

30 ANOS DO HISTEDBR (1986-2016)
CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA E
HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

18 a 21 de julho de 2016 | UNICAMP

VILARONGA, C. A. R., CAIADO, K. R. M. Processos de escolarização de pessoas com deficiência visual. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Mar 2013, vol.19, no.1, p.61-78.

ZANLORENZI, C. M. P. História da educação, fontes e a imprensa. **Revista HISTEDBR**. On-line. Campinas, n.40, p. 60-71, dez. 2010.

UNESCO. **Declaração mundial sobre educação para todos e plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem**.1990. Disponível em <<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>>. Acesso em 10 de mar. 2013.